



NEWS LETTER

setembro'15



DESTAQUE

Encontro Nacional APEM 2015



**Cantar Mais
e a Criatividade
no Ensino da Música**

21 novembro • Fundação Calouste Gulbenkian

programa e cartaz nas última páginas

índice

setembro'15**03****Carta aos sócios**

(Re)começos:
cinco notas soltas a favor da mudança

06**Projeto Cantar Mais**

Agenda setembro

07**Encontro Nacional da APEM 2015****08****Nós por cá**

- 2º Concurso de Composição de Canções para Crianças sobre Poemas Portugueses 2015
- Movimento Associativo – Brevemente a APEM vai mudar de sede.

10**De Olhos Postos**

- E a saga continua em 2015/16... Malogro no nº de vagas e iniquidade nos contratos de patrocínio do MEC com o Ensino Artístico Especializado – Nuno Bettencourt Mendes
- Orquestra AEPAS – Orquestra do Agrupamento de Escolas Professor Agostinho da Silva – Vera Coelho

19**Programa**

Encontro Nacional APEM 2015 - 21 de novembro
F undação Calouste Gulbenkian

Associação Portuguesa de Educação Musical

Rua D. Francisco Manuel de Melo, 36, 1º Dto. 1070-087 LISBOA

de 2ª a 6ª feira
das 10h às 12.30h e das 14h às 17.30h
Tel. e Fax **213 868 101**
Tm. **917 592 504 / 960 387 244**
apem.educacaomusical@gmail.com

Ficha Técnica

Conceção e edição: **Direção da APEM**

Coordenação gráfica: **Henrique Nande** <http://storyllustra.blogspot.pt>

Colaboram neste número:

António Ângelo Vasconcelos, Ana Venade, Carlos Gomes, Manuela Encarnação, Henrique Piloto, Nuno Bettencourt Mendes, Vera Coelho
Contacto: apem.news@gmail.com

Carta aos **SÓCIOS**

(Re)começos: cinco notas soltas a favor da mudança

1. Novo ano letivo. Novo ciclo (espera-se). Contrastando com o que se passou no ano passado, aparentemente, este ano, ao caos da colocação de professores contrapõe-se um (re)começo “mais” tranquilo. Só que, como muito bem escreve Paulo Guinote no Jornal de Letras da semana passada: “o ano letivo de 2015-2016 não se limita à colocação de professores e ao arranque das aulas para os alunos, sendo mais um ano de degradação do serviço público de Educação e de desfazimento entre uma retórica centrada no rigor de avaliação dos atores do sistema e uma prática de constante erosão das suas condições de funcionamento, agravando fenómenos de crescente iniquidade de oportunidades entre os mais diretos interessados os alunos.”

2. O drama dos professores contratados. Mais de 22 mil professores contratados não conseguiram colocação. Alguns e algumas com mais de 20 anos de serviço. Ficam com a vida suspensa à espera da BCE, ou emigram, ou reconfiguram as suas vidas ou desistem porque para as políticas públicas de cariz neoliberal, o centro não está no saber e na cultura, não está na educação nem nos seus profissionais. Como afirma ao Expresso o presidente da Associação Nacional de Professores Contratados, César Israel Paulo “Estamos a assistir a uma debandada geral do sistema público de ensino. Quase 44% de docentes desistiram de lecionar. Tratam-se mal os professores, na sua maioria são pessoas com alta formação. Muitos professores contratados têm mestrado e doutoramento. Se o ritmo de desistência da profissão continuar a esta velocidade, Portugal corre o risco de recorrer a recrutamento fora do país, o que é muito grave, porque estamos a prescindir de profissionais com experiência”. Tanto saber que se perde.

3. O também drama do Ensino Especializado de Música. Em finais de Agosto as escolas do ensino particular e cooperativo de música vieram a ser confrontadas, mais uma vez, com uma política diligentemente programada para que as artes, e em particular a música e o seu ensino, fiquem subalternizadas. Sabendo que estas escolas cumprem um serviço público, atendendo à existência de apenas seis conservatórios públicos no país, em vez de se procurar repensar todo este ensino, em particular no que se refere à rede, criando através da asfixia financeira e do desequilíbrio territorial moldar este tipo de formação e ensino. Como escreveu Rui Nabais “enquanto até aqui havia um incentivo para que as escolas contratassem professores mais habilitados ou mais experientes, neste momento passa a acontecer exatamente o inverso. As escolas têm todo o interesse em livrar-se dos mais velhos e em contratar recém-licenciados. Como o escalão de financiamento é único, quanto mais barato for o custo do professor, quanto mais barato for o custo do trabalho, melhor para escolas.” Pelo seu lado o Movimento Reivindicativo do Ensino Artístico Especializado, refere que “não se defende um quadro de imobilismo, concordando-se com a existência de reformulações, tanto ao modelo, como ao regime de financiamento, mas estes deverão ser discutidos, negociados e de aplicação gradual, devendo ser adaptados e melhorados de modo a garantir a sua viabilidade. Pretende-se ainda que estas alterações sejam feitas com toda a clareza e maior previsibilidade, de forma a permitir que as escolas tenham tempo de adaptação e preparação das mudanças a produzir.”

Neste quadro de “normalidade” de início do ano letivo impõe-se por isso estar atento ao que se passa no terreno, apesar de todas as políticas públicas que tem renegado pensar as escolas como centros de saber, de conhecimento, de cultura, da relação com outro, de cidadania em que se valorizam os diferentes tipos de profissionais que contribuem para uma sociedade mais culta, mais equitativa. E neste estar atento ao que se passa no terreno saliento duas dimensões de mudança estruturante.

4. As dinâmicas formativas e artísticas. Apesar de todos os constrangimentos políticos e financeiros, apesar de todos os constrangimentos existentes no âmbito da comunicação social (parece que nada existe), nunca na história do ensino de música em Portugal se assistiu à proliferação de projetos diferenciados de formação e de dinamização artística do norte ao sul, às ilhas. Proliferação, que apesar de levantar algumas questões relacionadas com o atomismo e fragmentações várias, é revelador da qualidade e quantidade do trabalho que se desenvolve, da qualidade e quantidade de profissionais e de estudantes envolvidos em que, muitas vezes para além do seu tempo de lazer, conseguem ultrapassar as dificuldades e afirmar no terreno que se está vivo e atuante.

5. O conhecer para intervir. O papel da investigação e da produção do conhecimento, pelo menos no que diz respeito às questões diversificadas relacionadas com ensino, a formação e as aprendizagens - e apesar da sua reconfiguração e dos trabalhos existentes, ainda não tem acompanhado as dinâmicas anteriormente referidas, nem tem tido o devido apoio da FCT. Daí o esforço e o investimento pessoal, coletivo e institucional para que desenvolvam projetos de investigação que contribuam para uma maior solidificação do trabalho existe e que, por outro lado, permitam não só dar maior visibilidade às inovações existentes e à abertura de outros possíveis mas contribuir para as políticas públicas sejam mais sustentadas. Porque apesar de todas as políticas, públicas e das instituições, o caminho, como escreveu o poeta, faz-se caminhando, com saber, inteligência e partilha. E tal como escreveu Chico Buarque “as pessoas têm medo das mudanças. Eu tenho medo que as coisas nunca mudem”.

António Ângelo Vasconcelos

Cantar Mais

agenda setembro



Para que tudo esteja concluído no dia 21 de novembro para o lançamento do Projeto Cantar Mais estamos a trabalhar com todo o afincio nas seguintes áreas:

- revisão dos materiais pedagógicos de apoio às canções
 - conclusão do planeamento dos vídeos tutoriais, programação das gravações e edição
 - continuação das masterizações das canções
 - elaboração dos textos de apresentação e enquadramento do Projeto
-

Encontro Nacional APEM 2015

Cantar Mais e a Criatividade no Ensino da Música

21 novembro • Fundação Calouste Gulbenkian • 09:15 - 18:00

Inscrições abertas para o Encontro Nacional

	Sócios	Não Sócios	Estudantes	Grupos (4 ou mais pax)
Até 15 de outubro	20€	35€	25€	desconto de 10%
Após 16 de outubro	25€	40€	30€	sobre o valor da inscrição

Ficha de inscrição individual e de grupo disponível em www.apem.org.pt

213 868 101 • 936 756 246 • 917 592 504
apem.educacaomusical@gmail.com
www.apem.org.pt

iniciativa



associação
portuguesa
de educação
musical



apoios



Nós por cá



2º concurso de composição de canções para crianças sobre poemas portugueses

iniciativa



associação
portuguesa
de educação
musical

apoio



Foram admitidas 44 canções a concurso.

De acordo com o Regulamento os resultados serão divulgados até 30 de outubro de 2015.



Nós por cá

Brevemente a APEM terá nova sede.

Esta decisão, tomada pela atual Direção, vem responder à necessidade de redução de custos da Associação.

Na candidatura ao Concurso “Loja de Bairro” promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, a APEM obteve o 1º lugar.

O novo espaço situa-se em Benfica, a 100m da Estação da CP.

Em breve mais informações.



De olhos postos

Malogro no nº de vagas e iniquidade nos contratos de patrocínio do MEC com o Ensino Artístico Especializado para 2015/16: solução à vista...?

Nas vésperas e já no arranque do novo ano letivo, o Ensino Artístico Especializado (EAE) da Música foi surpreendido pelo MEC com um processo de deliberada depressão populacional de alunos em todo o País e de falsa distribuição igualitária de financiamento pela escassa centena de academias e conservatórios que, constituindo perto de 90% da rede deste subsistema de ensino, foi prestando até ao ano letivo passado um serviço público de elevada qualidade de ensino/aprendizagem a mais de 25.000 crianças e jovens com elevada aptidão, qualidade reconhecida por toda a comunidade escolar, a população em geral, e os especialistas em ciências da educação, incluindo o Conselho Nacional de Educação e vários organismos internacionais.

Após um ano letivo muitíssimo conturbado e profundamente sofrido em muitas escolas quer nas Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve (vítimas até finais de janeiro passado dos erros técnicos do MEC na instrução de processos para a atribuição dos vistos do Tribunal de Contas), quer nas escolas das Zonas de Convergência cofinanciadas pelo Fundo Social Europeu (onde se situam mais de 75% da rede de escolas que estiveram sujeitas a longas demoras de pagamento de reembolsos que se estenderam até ao mês de Maio), vários pareciam os sinais da existência de um compromisso governamental (ainda que renitentemente negociado com as associações e movimentos de representantes do EAE, sindicatos, e previamente recomendado pela Comissão Parlamentar da Educação e Ciência) para não só a criação de mecanismos que assegurassem o pagamento atempado dos contratos do Estado com os conservatórios e academias do ensino particular e cooperativo, como também o estabelecimento de um calendário de programação rigorosa de procedimentos administrativos, técnico-pedagógicos e de definição de rede escolar por parte da tutela, de forma a garantir, uma vez por todas, as condições normais de funcionamento na abertura do novo ano letivo.

De olhos postos

É certo que o nº de turmas dedicadas no ensino regular em regime articulado de frequência dos cursos básicos de música (e dança) com as escolas do ensino regular foi definido e aprovado a tempo, designadamente nas reuniões de rede das diferentes Comunidades Intermunicipais (CIM) com as delegações regionais da DFEsTE. Além disso, a Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário (SEEBs) fez chegar às escolas, através da AEEP, da Ensemble e do MREAE (Movimento Reivindicativo do EAE), o seu compromisso de manter a modalidade de frequência dos cursos básicos e secundários em regime supletivo, e ter como referência para o lançamento de 2015/16 a mesma dotação orçamental global, (isto é, o mesmo montante de investimento público em 2014/15 em termos nacionais), bem como o mesmo nº de alunos/ciclo de aprendizagem/regime de frequência em cada escola. Nesta base e no cumprimento da lei, os conservatórios procederam à realização dos testes de aptidão e, ao seriar os resultados, publicitaram a lista de novos alunos aptos e a de novos alunos admitidos, articulando a constituição das turmas e a elaboração dos horários com a rede pública de escolas de referência.

Contudo, voltou a tardar muito (últimos dias de Julho passado), e contrariamente ao prometido i) a publicação da Portaria 224-A/15 explicitando as novas regras de celebração de contratos de patrocínio com as escolas artísticas particulares e cooperativas, (teoricamente) uniformizando as regras de cálculo do custo/aluno em todo o território continental, e ii) o Aviso de Abertura do conseqüente processo concursal. Das condições de candidatura anunciadas, constatou-se imediatamente a redução drástica do nº de alunos nas iniciações à música, bem como do nº de vagas de alunos em regime supletivo, desde logo visível pela extinção de vagas de novos candidatos ao 5º e ao 7º ano de escolaridade nesta modalidade de frequência. Pressentia-se, igualmente, um número inferior de alunos em regime articulado de frequência nos cursos básicos de música, difícil de determinar face ao modo aglutinado como o nº de vagas foi enunciado por cada região/CIM.

De olhos postos

Saídas as Listas Provisórias a 27 de agosto, o choque e a surpresa foram enormes, a diversos níveis e com diferentes graus de (in)satisfação, o que em matéria de salvaguarda da equidade prometida pelo MEC é absolutamente escandaloso. Os cortes do nº de alunos foram de 80% nas iniciações à música, cerca de 38% e 64% respetivamente nos cursos secundários e básicos em regime supletivo, e de 12% nos cursos básicos em regime articulado; apenas não houve reduções do nº de vagas nos cursos secundários em regime articulado, em que a população de alunos é mínima. A percentagem de 12% acima referida pode criar um efeito de ilusão; na realidade, se pensarmos que existem 5 graus de escolaridade no 2º e 3º ciclos, e que 4 destes graus têm alunos em continuidade de estudos, em média os 12% totais transformam-se em 60% de corte do nº de vagas aprovadas para os novos alunos de 5º ano de escolaridade. Esta situação é inqualificável, muito grave em matéria de eficácia e moral política em educação, com consequências muito críticas na redução de turmas dedicadas previamente aprovadas e já organizadas nas escolas de ensino regular, por exemplo: na perda de sentido pedagógico das turmas em si, no gorar das expectativas a encarregados de educação e aos seus educandos altamente aptos musicalmente, na gestão e reorganização de horários de alunos e docentes, entre outras. Se no plano da rede escolar a situação descrita revelou-se profundamente desoladora, no plano financeiro a estupefação e a dimensão do paradoxo foram gigantescas. A SEEBS, a DGAE e a ANQEP sabem bem que as 97 escolas artísticas especializadas da música em questão têm perfis de qualificação profissional de docentes (e demais despesas de funcionamento, por exemplo quando têm polos) e de comportamento contratual bem diferenciados, impossíveis de anulamento instantâneo. Pelo que o estudo dos impactos de qualquer mudança de cálculo financeiro prévio à criação de um modelo uniforme foi claramente mal equacionado, quer no plano económico, quer no matemático (ao nível da teoria de sistemas, funções, cálculo combinatório, emergência algorítmica – algo de muito inesperado tendo em conta a cabeça deste MEC).

De olhos postos

Sumariamente, o grupo de trabalho em questão concebeu um modelo que almejava à determinação de um valor constante de custo de aluno em função do respetivo ciclo de aprendizagem e regime de frequência, de modo a obter uma distribuição proporcional de vagas por região e escola em todo o país, de tal forma que o somatório de tais vagas multiplicadas por cada valor constante totalizasse o montante de investimento público igual ao do ano passado, ou seja, perto de 51,5 milhões de euros para a área da música. (Se contarmos também as áreas da dança, dos audiovisuais e das artes visuais, sujeitas ao mesmo modelo, o montante ascende aos 55 milhões de euros). Acontece, porém, que o melhor resultado a que o grupo de trabalho do MEC chegou foi a uma distribuição aparentemente proporcionada de um nº de vagas por CIM e escola, mas com os cortes transversais referidos no parágrafo anterior, ou seja, rondando uma perda de 7600 alunos (cerca de 30%) em todo o EAE particular e cooperativo. Além disso, sendo o montante final dos valores financiáveis o globalmente prometido, o nº de vagas aprovadas poderá dar a entender que o MEC teve agora a bondade de aumentar o custo médio dos alunos que ficam no sistema, e/ou de estar a dar alguma folga financeira às escolas, uma vez que doravante os contratos de patrocínio serão válidos por três anos. Debalde. O que infelizmente este método de apuramento do financiamento ignorou foi a tal realidade dispar dos perfis económicos das academias e conservatórios. Sabemos que nesta matéria de contabilidade pode ser sempre achado um valor médio e ser perfeitamente possível identificar “modas” (em sentido matemático), mas enquanto no sistema educativo geral, com mais de 5900 escolas básicas e secundários esse valor médio é esmagadoramente a moda, no caso do subsistema de EAE a questão jamais deveria ter sido colocada nos mesmos termos. O universo de escolas artísticas é muitíssimo mais pequeno, sendo que o boom de criação de novas academias e conservatórios é relativamente recente (tem aproximadamente 15-20 anos), bem como a 2ª vaga de aumento do seu nº de alunos (há 6 anos), pelo que o processo de nivelamento da qualificação profissional dos corpos docentes é necessariamente mais lento, e sem uma política mais atenta a este subsistema dificilmente ocorrerá. O resultado prático deste concurso está agora à vista: as escolas que tendo um quadro estável de docentes, mais qualificado e por isso mais “caro” são as que sofrem as maiores reduções de financiamento, algumas delas chegando a ultrapassar os 40% face a 2014/15. Isto é muito dececionante e injusto, dado que a maioria destas escolas têm assumido ao longo de

De olhos postos

décadas uma postura de invejável desenvolvimento dos seus projetos educativos, sabendo de antemão que só com um corpo docente altamente qualificado e motivado tal é alcançado. A injustiça adensa-se ao verificar-se, no polo oposto, que são escolas com os corpos docentes (intencionalmente?) mais jovens e/ou com vários professores em regime de prestação de serviços que chegam a ter ganhos de apoio financeiro de mais de 30% face ao ano passado, - mesmo com o corte transversal de nº de alunos imposto. É esta inaudita falha de equidade distributiva dos montantes que tem também preocupado enormemente muitas escolas nas últimas três semanas.

A não retificação da situação acima descrita, bem como a que se prende com o corte do nº de alunos (mormente nas iniciações e regime articulado de frequência nos cursos básicos), poderia, e ainda poderá conduzir a despedimentos na ordem dos 20% e/ou ao aumento da precariedade profissional em várias regiões. Daí que uma fortíssima pressão e uma grande persistência crítica de muitos profissionais, diretores e encarregados de educação, das associações de escolas, dos parceiros sociais, e dos partidos (incluindo os da área do governo) levaram Nuno Crato e Fernando Egídio Reis finalmente a reconhecer que a iniquidade na distribuição das verbas e a grande diminuição do nº de vagas atribuídas às diferentes escolas do ensino artístico especializado requeriam um compromisso imediato de compensação, até que o novíssimo modelo de financiamento deste subsistema de ensino de elevado sucesso possa ser revisto e harmonizado na próxima legislatura. Assim, o governo anunciou a 21 de setembro um reforço de 4 milhões de euros para corrigir as assimetrias reclamadas em todo o território, mormente nas regiões mais afetadas; porém desconhece-se, ainda, quais os critérios específicos inerentes ao procedimento retificativo. Na realidade, sem o aumento de um só cêntimo e com a constituição de um modelo do mesmo tipo mas com escalonamento do valor médio em função do perfil de custos das escolas, o Estado teria conseguido ser justo e equitativo, e colocado em prospectiva a sua política educativa nesta área, apesar da conjuntura dos últimos anos. Por outras palavras, esta verba adicional, agora necessária para reparar erros da Administração Pública finalmente assumidos pelo Sr. Ministro da Educação, poderia ter sido evitada, ou então aplicada para minorar outros desequilíbrios financeiros que várias academias e conservatórios acumulam desde 2011. Em vez disso, alguém no MEC, com autoridade instituída ou investida, esteve até há dias convicto de que a melhor solução para o EAE seria

De olhos postos

manter a mesma dotação orçamental global de 2014/15, no entanto expelindo 7600 crianças e jovens, penalizando o erário público em matéria de subsídios de desemprego, e premiando com bónus - não traduzíveis em pagamentos de despesas educativas absolutamente necessárias - dirigentes e proprietários de conservatórios com custos mais baixos, alguns deles porventura mais propensos à “poupança” e/ou ao lucro empresarial no pior sentido do termo.

Após muita indignação e angústia, vislumbra-se sensatez. Esperemos pois que a situação seja devidamente assistida. É caso para perguntar: o que diriam desta linha de ação do MEC em Portugal os ministérios congéneres austríaco, britânico, italiano, sueco, ou esloveno (por exemplo), caso este delírio não fosse travado? É fácil de adivinhar: um puro ultraje no quadro de qualquer tradição política ocidental. Que a saga termine.

23 de Setembro de 2015

Nuno Bettencourt Mendes

Dir. Pedagógico no Conservatório de Música David de Sousa,

Professor na Academia Nacional Superior de Orquestra

Investigador em Música no Royal Holloway College, Universidade de Londres

De olhos postos

Uma orquestra na Escola: é possível criar novas realidades educativas e artísticas



Há já três anos que em Casal de Cambra, no Agrupamento de Escolas Professor Agostinho da Silva (AEPAS), um Território Educativo de Intervenção Prioritária, a música é algo muito importante.

Com o apoio da SIC Esperança, em parceria com o Rock in Rio, Ministério da Educação e Associação EPIS – Empresários para a Inclusão Social, foi lançada às escolas do país a possibilidade de fazerem candidaturas com projetos na área da música, pela inclusão.

Este Agrupamento de Escolas concorreu, ganhou a Bolsa Musical e criou a Orquestra AEPAS. Com estes apoios e vontades uma nova realidade educativa e artística nasceu.

O projeto Bolsas Musicais permitiu adquirir 35 instrumentos para a formação de uma orquestra sinfónica, permitindo que um mesmo número de alunos adquirissem conhecimentos musicais, melhorassem o seu desempenho escolar e integração social através de melhoria dos comportamentos e atitudes que a aprendizagem da música despoletou.

De olhos postos

Semanalmente, os alunos frequentam aulas de Instrumento, Formação Musical, Naípe e Orquestra-Tutti. O projeto foi-se tornando aos poucos uma realidade mais coesa que já dá muitas alegrias aos alunos, pais e Agrupamento. Já teve variadas apresentações musicais no Agrupamento, um intercâmbio musical com a Universidade Multigeracional UNISBEN de Benfica, atuações para Instituições de 3ª Idade e Jardins de Infância. Teve também colaborações com a Junta de Freguesia de Casal de Cambra, que desde o início apoia a Orquestra. Realizou também em Sintra, no Reino de Natal, uma atuação que animou a festa SintraViva, em representação do Agrupamento. A Orquestra foi convidada da DGEST para a Exposição de Natal e tocou na praça de Alvalade. Ainda existiram outros eventos culturais, organizados para angariação de fundos, com resultados sempre positivos.

No terceiro ano a Orquestra AEPAS integrou alunos de 4º ano de escolaridade e foi mais um ano de aprendizagens e convívios e fazer música em conjunto. “Se não estivessem na orquestra, provavelmente teriam só a rua, muitas horas, porque os pais chegam muito tarde a casa. Ou estariam sozinhos ou em casas de vizinhos, a ver televisão ou a jogar consola”, referiu um professor do Agrupamento numa entrevista a um órgão de comunicação social.

O projeto com atual coordenação de Alexandre Leitão e Vera Coelho, sob a batuta do maestro Nuno Varão, tem contado com o apoio de professores maioritariamente da Orquestra Metropolitana de Lisboa, que têm realizado um trabalho de excelente qualidade com os alunos. “Em ambiente de orquestra, já são uma família e têm hábitos de estudo que são incentivados pela aprendizagem da música”, referia um pai. Para manterem este projeto, contam com o apoio da Junta de Freguesia de Casal de Cambra e, mais recentemente, com o apoio da Câmara de Sintra, que se associou como parceira, para além da Associação de Pais.



De olhos postos



Sendo a sustentabilidade financeira uma das principais dificuldades dadas as necessidades de reparação/ manutenção de instrumentos, aquisição de materiais e pagamento a professores, temos neste momento uma perspetiva interessante para ultrapassar este problema: trata-se do projeto As Orquestras Escolares de Sintra que reúne condições propícias para o crescimento do projeto Orquestra AEPAS e para o ensino de música especializado a estas crianças e jovens.

“Só quando vim para a orquestra é que fiquei a perceber o quão importante é a música”, confessou Jéssica Pinto, com 12 anos, numa reportagem televisiva alusiva ao apoio da SIC Esperança, enquanto o Emanuel, com a mesma idade, desvendava o segredo que “para tocar trombone, temos de fazer força no diafragma para buscar as notas altas e também as notas baixas”. “E como é que tu te sentes quando estás a tocar na orquestra?” perguntava a jornalista. “Feliz”, respondeu.

Vera Coelho

Professora de música do AEPAS e coordenadora do Projeto

<http://orquestra-aepas.webnode.pt>



21 novembro • Fundação Calouste Gulbenkian

Encontro Nacional APEM 2015

Cantar Mais e a Criatividade no Ensino da Música

08:30	Receção - inscrições		
09:15-09:25	Atividade de boas vindas (Sala 1)		
09:30-09:40	Abertura		
09:45-10:45	Conferência 1 (Auditório 3) Pam Burnard Criatividades pedagógicas e a sala de aula de música contemporânea		
20m	Café		
11.05-12.05	Conferência/Workshop (Sala 1) Richard Frostick Apresentação do Projeto World Voice/ / Workshop de canções do mundo		
12:05-13:05	Mesa Redonda (auditório 3) Filipa Palhares / Raul Avelãs / Susana Milena O trabalho coral com crianças e jovens: desafios e dificuldades		
Almoço			
14.45-15.45	Workshop 1 Ginásio vocal <i>Helena Venda Lima</i>	Workshop 2 O Cante <i>Paulo Colaço</i>	Workshop 3 Cantar o Fado <i>João Tiago Oliveira</i>
15m	Café		
16:00-17:00	Projeto Cantar Mais (auditório 2) 3 Canções pelo Conservatório de Música de Setúbal Maestro Raul Avelãs Apresentação do Projeto - APEM convidados: <i>representante da DGE</i> <i>representante da FCG</i>		
17:15-17:45	Encerramento - Concerto Os Mocinhos em Cante Coro Pequenos Cantores de Esposende		

213 868 101 • 936 756 246 • 917 592 504 • apem.educacaomusical@gmail.com • www.apem.org.pt

iniciativa



apoios



21 novembro • Fundação Calouste Gulbenkian • 09:15 - 18:00

Encontro Nacional APEM 2015

Cantar Mais e a Criatividade no Ensino da Música

Conferências *Pam Burnard, Richard Frostick*

Workshops *Helena Venda Lima, João Tiago Oliveira, Paulo Colaço*

Mesa Redonda *Filipa Palhares, Raul Avelãs, Susana Milena*

Cantar Mais *Apresentação e lançamento do Projeto*

Concerto *Os Mocinhos em Cante, Coro Pequenos Cantores de Esposende*

213 868 101 • 936 756 246 • 917 592 504 • apem.educacaomusical@gmail.com • www.apem.org.pt

iniciativa



associação
portuguesa
de educação
musical



apoios



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

Comissão científica e organizadora: António Ângelo Vasconcelos, Ana Venade, Manuela Encarnação, Henrique Piloto, Carlos Gomes, Gilberto Costa